

CT 014/19

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2019.

À
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino
Superior de Minas Gerais (SEDECTES)

Ref.: Contribuições à 1º RTP GASMIG - Receita Requerida.

A Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS), em seus 29 anos de existência, tem atuado para que ocorra a ampliação da oferta de gás natural no país, quer seja de produção nacional ou através de importação; no estímulo ao fortalecimento das empresas distribuidoras de gás canalizado em todos os Estados da Federação; no intercâmbio e na cooperação técnica e institucional entre seus associados e outras entidades e, bem como, na colaboração com órgãos do governo federal e dos governos estaduais na formulação de programas de desenvolvimento e fortalecimento da Indústria Brasileira do Gás Natural.

Parabenizamos a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (SEDECTES) pelos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos por ocasião da 1º Revisão Tarifária Periódica da concessionária Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG), sempre pautada por relevante conteúdo técnico e aplicação de metodologia apropriada ao desenvolvimento do setor de distribuição de gás canalizado no estado de Minas Gerais.

Justamente por se tratar da Primeira Revisão Tarifária aplicada à concessionária GASMIG e, considerando que nessa oportunidade, está sendo introduzida uma nova metodologia, que estabelece as tarifas a partir da definição da Base de Remuneração Regulatória (BRR), Custo Médio Ponderado de Capital, Fator X, Plano de Negócios Regulatório com os investimentos, custos de operação e manutenção e volumes para o período 2018-2022, manifestamos nossa preocupação.

A aplicação desse tipo de regulação objetiva que, ao longo do período da concessão, ocorra a repartição dos ganhos de eficiência e utiliza comparações dos custos de operação e manutenção com as melhores práticas – *benchmarking*, sempre no sentido de obtenção de uma tarifa justa para o consumidor final. Ocorre que na aplicação metodológica, a SEDECTES buscou captar já na Primeira Revisão Tarifária todo o ganho de custos que na verdade deveria ser obtido ao longo do período da Concessão.

Por exemplo, na Figura 25, página 70, do Relatório de Receita Requerida, é analisada a evolução dos Custos operacionais no período 2018-2022. A redução do OPEX estabelecida pela SEDECTES chega a 18,6% (em 2021) e 20,5% (em 2022) comparativamente aos custos projetados pela GASMIG. Trata-se evidentemente de uma redução altamente impactante, sendo que não são apresentadas justificativas para a citada glosa nos custos operacionais. Entendemos que a SEDECTES deve ter utilizado parâmetros de *benchmarking* e, nesse sentido, sugerimos que a redução proposta seja distribuída ao longo dos anos de Concessão.

Outro tópico objeto de nossa consideração, em face da Consulta Pública da SEDECTES 1º RTP GASMIG – Receita Requerida, trata do investimento de R\$ 111 milhões em redes internas para o setor residencial proposta pela GASMIG, o que possibilitaria mais de 100 mil novos usuários residenciais no ciclo 2018/2022.

A experiência das distribuidoras de gás canalizado é de que sem a participação da concessionária nos custos da rede interna, a expansão no setor residencial não se verifica. No entanto, a SEDECTES, no item 7.1.6 do Relatório de Receita Requerida, objeto da Consulta Pública da SEDECTES 1º RTP GASMIG, propõe a exclusão do valor dos investimentos da concessionária na rede interna para o cálculo da Base Remuneração Regulatória (BRR).

Entendemos que a solução apresentada pela SEDECTES de incorporação dos custos da rede interna como OPEX atende apenas parcialmente o pleito da GASMIG. Sendo que a metodologia proposta, no item 7.4.2 do citado relatório, é de distribuir os valores de custos da rede interna no ciclo tarifário atual e no subsequente, ou seja, até o ano

de 2027. Esta proposta não encontra justificativa metodológica uma vez que se tratam de valores incorridos efetivamente no ciclo 2018/2022.

De acordo com a SEDECTES a motivação da distribuição dos custos da rede interna em dois ciclos tarifários seria para reduzir o impacto nas tarifas. Essa solução se aplicada resultaria que no ciclo 2023/2027 teríamos a superposição dos custos relacionados aos novos investimentos no citado período. Ou seja, a solução proposta posterga simplesmente o impacto tarifário. Observa-se que o ressarcimento desses custos, por outro lado, é fundamental para o sucesso da forte expansão projetada pela GASMIG.

Apresentamos uma nova sugestão para a questão da projeção do consumo unitário no segmento residencial. Segundo a SEDECTES, a média proposta para o próximo ciclo tarifário é de 10,26 m³ mês/usuário. Na análise realizada, a SEDECTES considera a média de consumo residencial de sete distribuidoras nacionais. Ocorre que na amostra de distribuidoras apresentada estão incluídas a CEG e Comgás, onde a média de consumo de gás nesse segmento depende fortemente da instalação de aquecedores de água.

Assim, a média proposta pela SEDECTES é considerada elevada e inclusive superior à atualmente verificada pela GASMIG de 9,9 m³ mês/usuário. Sugerimos, dentro da metodologia da SEDECTES, excluir da amostra as informações referentes às concessionárias CEG e Comgás para obtenção de um resultado estatisticamente mais coerente.

A respeito, ainda do Relatório da SEDECTES, manifestamos nossa preocupação nos aspectos relacionados à projeção de volumes destinados às unidades termoeletricas (UTES Aureliano Chaves e Juiz de Fora) no período 2018-2022.

Na proposta original da GASMIG, o volume projetado para o citado período era de 224,025 milhões m³/ano, sendo que a SEDECTES revisou esse volume para 247,543 milhões m³/ano.

Com o objetivo de justificar o acréscimo de volume da ordem de 10,5%, a SEDECTES considerou a média do consumo das termoeletricas no período de 2005 a 2016. Ocorre que, as análises mais recentes elaboradas pela PSR (consultoria especializada)¹, por ocasião das Revisões Tarifárias das concessionárias do estado do Rio de Janeiro, CEG e CEG-Rio, em 2018, mostram claramente uma tendência de redução no despacho das termoeletricas no próximo quinquênio.

O cenário de oferta de energia elétrica vem se modificando ao longo dos anos, configurando um acréscimo significativo nas denominadas energias renováveis (biomassa, eólica e fotovoltaica), além de novas fontes de geração hidroeétrica e importantes reforços nos sistemas de transmissão. Fato que demonstra essa nova configuração é o despacho das termoeletricas supridas pela GASMIG em 2018, nesse ano, o volume destinado a essas termoeletricas foi de apenas 151,12 milhões m³/ano, ou seja, 32,5% inferior ao volume projetado pela GASMIG, que foi considerado baixo na análise da SEDECTES.

Nesse sentido, uma sugestão da ABEGÁS é de que seja substituída a projeção da SEDECTES para o ano de 2018, pelo valor efetivamente realizado de 151,12 milhões m³/ano.

Utilizando o mesmo critério da média do consumo anual das termoeletricas adotado pela SEDECTES, sugerimos a extensão do período da análise do consumo para o ano de 2002, ao invés de 2005, obtendo-se uma série ainda mais representativa. Nesse cenário, a média do consumo anual histórica seria de 230 milhões m³/ano.

Para reforçar a análise da tendência de redução do despacho termoeletrico nos próximos anos, identificamos com base no citado relatório da PSR, a possível repetição de cenários ocorridos no período de 2009-2011, intervalo esse de menores volumes históricos, que no caso da GASMIG resultaria em uma média anual de 131,545 milhões

¹ O Relatório da PSR pode ser encontrado no link da Consulta Pública da AGENERSA nº 05/2018: http://www.agenersa.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2842:2017-07-31-13-46-07&catid=108:noticias&Itemid=124

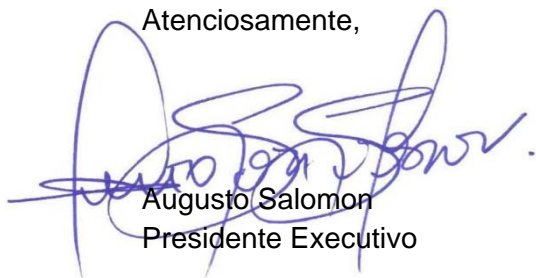
m³/ano. Importante salientar que o despacho termoeletrico independe de decisão da concessionária, sendo sempre de competência do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Considerando o elevado impacto tarifário decorrente da utilização das projeções de volume das termoeletricas no próximo ciclo e as responsabilidades da GASMIG nos investimentos de expansões para o atendimento do mercado de gás canalizado no estado de Minas Gerais, a ABEGÁS solicita uma revisão nas projeções da SEDECTES, compatibilizando-as com projeções e argumentações realistas ora apresentadas.

A ABEGÁS entende que a expansão do mercado residencial é essencial para os propósitos das concessões de distribuição de gás canalizado estaduais em busca permanente da universalização do serviço de distribuição.

Sendo esses os argumentos, reiteramos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Augusto Salomon
Presidente Executivo